

Concurso gera debate no plenário

O concurso convocado pela mesa diretora do Senado foi aprovado em plenário, embora pelo menos num caso — o dos jornalistas — tivesse havido reclamação de senadores, entre os quais Rui Bacelar, do PMDB da Bahia.

Bacelar sustentou, durante a votação do projeto que determinou a realização do concurso, que a admissão de novos jornalistas no Senado era desnecessária. Segundo ele, existem na casa, cerca de 50 jornalistas que estão requisitados para gabinetes senatoriais ou à disposição de outros órgãos públicos. Trabalham efetivamente nos serviços de divulgação do Senado apenas três redatores, do quadro permanente e seis repórteres contratados pelo regime da CLT.

O nível inicial das quatro categorias é NS-14, com remuneração mensal de NCz\$ 2 mil. De acordo com os editais do concurso, existem dez vagas para jornalistas, cinco para enfermeiros e cinco para bibliotecários — todas no regime de servidor público estatutário — e também cinco vagas de tradutores-intérpretes, estas no regime da CLT. Para os aprovados, o regime de trabalho será de 40 horas semanais.

Controvérsia

Dos quatro concursos, o que gerou maiores controvérsias foi o destinado à contratação de novos jornalistas. O regulamento e o edital do concurso foram feitos pela UnB, com quem o Senado celebrou convênio para elaboração das provas públicas, visando a proteger-se de possíveis alegações de nepotismo e outras eventuais irregularidades.

Nesses documentos constava, porém, uma irregularidade jurídica: a proibição de inscrição de candidatos com mais de 50 anos de idade, o que é vetado pela nova Constituição (artigo 7º alínea XXX).

Quanto à metodologia das provas, os candidatos reclamaram da importância dada pela UnB ao aspecto teórico e ideológico da comunicação, em detrimento da experiência. No caso dos jornalistas, o cargo exige a realização de cobertura jornalística das atividades parlamentares do Senado, a cobertura dos trabalhos de plenário e das comissões, entrevistas com senadores para televisão, rádio e jornal, preparo de matérias jornalísticas, cobertura de convenções, con-

gressos etc. Enquanto isso, o regulamento da UnB citou, como bibliografia para as provas, livros sobre "Capitalismo e Televisão", "Ideologia e Técnica da Notícia", além de obras esgotadas.

Houve ainda reclamação, no caso dos jornalistas, pelo fato de três professores da UnB estarem inscritos no concurso.

Em Brasília, a campanha contra o concurso foi liderada pelo jornal "O Estado de S. Paulo", que, inclusive, demitiu três de seus repórteres inscritos entre os candidatos a jornalistas. Numa de suas matérias, aquele jornal divulgou a relação dos inscritos, destacando, quanto aos cinco repórteres da casa candidatos ao concurso que eles "se inscreveram sem o conhecimento prévio da empresa".

Em fase das críticas à metodologia do concurso, o professor Lauro Morhy, biólogo da UnB e responsável pelas exigências ali estabelecidas, contra-atacou, acusando seus críticos de não terem preparo suficiente para enfrentarem as provas, daí estarem se justificando previamente, por temerem a reprovação.